

“Diálogos para uma Transição Justa no Brasil”

RELATO DO WORKSHOP

Rio de Janeiro
Novembro, 2023



copenhagen
climate centre





Autores

(Em ordem alfabética)

Beatriz Araújo

Guilherme Lima

Raiana Soares

Samara Andrade

Tamar Bakman

William Wills

Agradecimentos

A realização do workshop “Diálogos para uma transição justa no Brasil” e a preparação deste relatório foram possíveis graças ao apoio recebido pela Initiative for Climate Action Transparency (ICAT) através do Projeto ICAT Brasil, que conta também com apoio técnico do UNEP Copenhagen Climate Center (UNEP CCC).

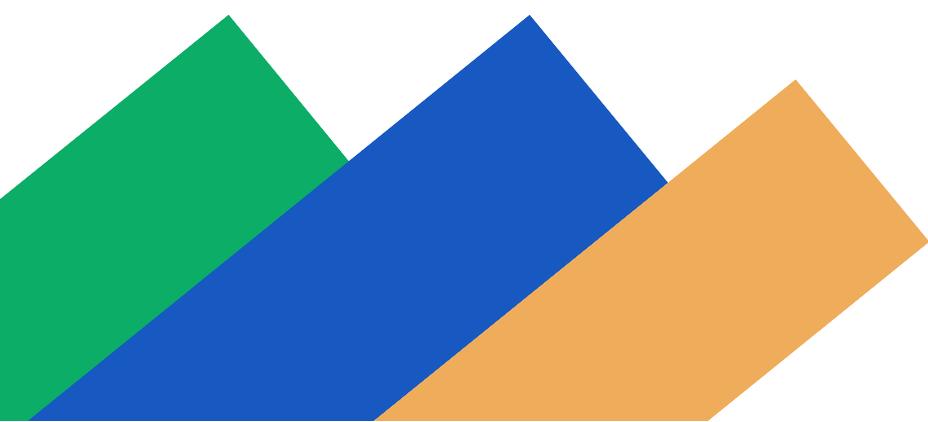
Gostaríamos de agradecer à equipe que deu apoio durante a preparação e realização do workshop pelo Centro Brasil no Clima (Carmynie Xavier, Fernanda Westin, Luan Werneck, Julia Froeder, Renata Moraes e Thalison Correa) e pelo Centro Clima (Bruna Guimarães, Erika Nogueira e Lisandra Gomes).

Também queremos expressar nossos agradecimentos aos representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (André Andrade), do Ministério de Minas e Energia (Mariana Espécie) e do Ministério das Relações Exteriores (Daniel Fonseca) pelas sugestões prévias e pelas intervenções durante o evento que contribuíram de maneira relevante para estimular os diálogos.

Por último, agradecemos especialmente a todos os participantes do workshop que participaram durante os grupos de diálogo, compartilhando seus conhecimentos e trazendo contribuições valiosas para enriquecer o debate sobre o tema da transição justa no Brasil. A todos vocês o nosso muito obrigado.

SUMÁRIO

Agradecimentos	1
1 Introdução	3
2 Estrutura do workshop	6
3 Participação de stakeholders	8
4 Resultados	10
4.1 Rodada 1: Perspectivas setoriais sobre transição energética justa	11
4.1.1 Academia	16
4.1.2 Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais	17
4.1.3 Setor Público	18
4.1.4 Setor Privado	19
4.1.5 Sociedade Civil	20
4.2 Rodada 2: Perspectivas intersetoriais sobre transição energética justa	23
4.2.1 Pautas prioritárias da transição energética justa	24
4.2.2 Desafios da transição energética justa	31
4.2.3 Princípios fundamentais da transição energética justa	37
4.3 Rodada 3: Perspectivas sobre transição justa para além da energia	38
4.3.1 Agricultura	39
4.3.2 Florestas	40
4.3.3 Indústria	41
4.3.4 Planejamento Urbano	43
4.3.5 Resíduos	44
4.3.6 Outros setores	45
5 Considerações Finais	46





1. Introdução

O tema da transição justa tem ganhado maior destaque na medida em que se intensifica a necessidade de descarbonização da economia ao mesmo tempo em que persistem desafios relacionados ao desenvolvimento socioeconômico dos países. No Brasil, o debate em torno desse conceito pode ser considerado ainda incipiente, embora o mesmo tenha grande relevância tanto no setor de energia (no qual o tema é mais desenvolvido) quanto nos demais setores da economia em função das características do país e o seu perfil de emissões de GEE. Portanto, é fundamental que se incentivem as discussões sobre o conceito em âmbito doméstico visando promover uma escuta da sociedade sobre o tipo de desenvolvimento que se deseja e a tradução desses anseios nas políticas públicas sobre mudança do clima.

O presente relatório sistematiza os resultados do workshop “Diálogos para um Transição Justa no Brasil”, realizado de maneira virtual no dia 26 de setembro de 2023. O evento faz parte do escopo do Projeto ICAT Brasil, coordenado pelo Centro Brasil no Clima (CBC) e financiado pela Iniciativa para Transparência na Ação Climática (ICAT).

O título “Diálogos” foi selecionado pois traduz a ideia do evento de promover um ambiente de integração para escutar as perspectivas dos diferentes setores acerca de diferentes perspectivas temáticas relacionadas às transições justas. Além do governo, foram convidados atores do setor público em seus diferentes níveis, atores da sociedade civil, dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, da academia e do setor privado.

Os diálogos promovidos no evento tiveram como objetivo central a compreensão acerca da percepção que os convidados tinham no que se refere aos aspectos relevantes, a visão, os princípios e os possíveis desafios da transição justa em nosso país. A organização deste evento partiu da premissa de que de, se bem é verdade que a transição justa já vem sendo discutida internacionalmente, sobretudo no que diz respeito aos impactos gerados pela redução das atividades na indústria fóssil, é também verdade que, para que sejam justas, transições precisam estar atentas às particularidades dos contextos em que analisadas e em seus diferentes níveis - sejam eles nacionais, locais ou comunitários. Ou seja, o planejamento de uma transição justa no Brasil deverá incorporar aspectos singulares da realidade nacional e que podem divergir daqueles que predominam em outros países.

O relatório é sistematizado da seguinte maneira: apresentação das falas de abertura; apresentação da estrutura do workshop; apresentação de indicadores de participação dos stakeholders; apresentação dos resultados e discussões obtidos através das rodadas setoriais para discutir o tema da transição energética justa, intersetoriais e das transições justas nas demais atividades, respectivamente; e, finalmente, apresentação das considerações finais do evento.

A importância do tema na agenda do governo federal

O workshop contou com a participação do Governo Federal, através da presença dos Ministérios de Relações Exteriores (MRE), representado pelo chefe Divisão de Ação Climática Daniel Fonseca, do Meio Ambiente (MMA), através da participação do diretor da Secretaria Nacional de Mudança do Clima André Andrade, e de Minas e Energia (MME), na pessoa da diretora do Departamento de Transição Energética, Mariana Espécie.

O tema da transição justa é recente nas discussões sobre clima e nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudanças do Clima (UNFCCC), conforme lembrou Daniel Fonseca, do MRE. No entanto, os três representantes frisaram o interesse do Governo Federal no evento e no tema e ressaltaram a importância que tem sido dada para a pauta em diferentes esferas governamentais.

O representante do MRE lembrou os participantes que as mudanças climáticas exacerbam as desigualdades existentes no mundo e que são as populações mais vulneráveis, dos países menos desenvolvidos, que sofrem impactos desproporcionalmente maiores. Combater as mudanças do clima, portanto, já pode ser uma forma de combater a desigualdade. Nesse sentido, o enfrentamento às mudanças climáticas foi apresentado como uma oportunidade para redefinir as prioridades nacionais e internacionais, induzindo transformações estruturais na economia, sociedade e no nosso relacionamento com o meio ambiente.

Acerca da transição energética justa, o representante do MMA afirmou que não se pode pensar um modelo de política de clima sem que se pense na transição justa, de forma que uma estratégia de neutralidade climática para 2050 não pode estar atrelada à reprodução das atuais desigualdades sociais e econômicas no país ao longo desse horizonte temporal. Mariana Espécie, do MME, apontou para a complexidade do tema e a necessidade de uma visão sistêmica que nos permita discernir entre as discussões climáticas e geopolíticas.

Os três representantes enfatizaram a importância de se pensar a transição energética justa voltada para o contexto brasileiro e para as problemáticas nacionais, além de se considerar, como apontou o André Andrade, as diversidades existentes dentro do país. O representante do MRE reforçou a posição central do Brasil no debate, evidenciando a importância do desenvolvimento de uma visão do sul sobre a transição justa.

Há diversos caminhos e atalhos que são apresentados como formas esperadas de combater a mudança do clima, mas que não necessariamente são do interesse do Brasil ou as mais eficazes dadas as características do país, como apontou Daniel Fonseca. Assim, é necessário pensar de maneira questionadora de que forma a transição o Brasil deve seguir e como o país pode contribuir efetivamente para que avanço de transição justa globalmente.

Nesse sentido, a representante do MME pontuou três questionamentos que devem ser feitos acerca das narrativas globais de transição energética justa que incorporam visões eurocêntricas e são levadas para as negociações: Esta visão atende ao Brasil? A população brasileira tem condição de internalizar os custos dessas tecnologias da mesma forma que um país desenvolvido? O que é justo considerando o contexto dos países em desenvolvimento?

A partir desse questionamento, foram citadas as iniciativas relacionadas ao tema que estão em curso em diferentes esferas governamentais. O MMA iniciou uma reestruturação dos instrumentos de governança climática e da política climática, considerando a transição justa, os diferentes grupos vulneráveis, as diferenças regionais e socioeconômicas e as distintas características dos biomas brasileiros.

Além disso, foi feita a reestruturação do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM) com 18 ministros e com a presença do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) e da Rede Clima, rede de pesquisadores de diversas instituições de pesquisa. Por fim, outro instrumento em desenvolvimento é a criação de um colegiado multinível integrando atores subnacionais, setor privado, academia, entre outros, no qual diversos atores da sociedade serão ouvidos e será criado um canal com o governo, sendo um importante espaço de discussão sobre a transição justa.

Por fim, foi indicado que o MME está trabalhando na elaboração da Política Nacional de Transição Energética, que terá o intuito de contribuir para a agenda de mitigação climática do Brasil. A política contará com dois instrumentos basilares: Plano Nacional de Transição Energética e o Fórum Nacional de Transição Energética, que trazem a urgência e necessidade de dividir e compartilhar com as diversas partes interessadas os impactos das ações relacionadas à agenda climática.

Portanto, pode-se concluir a partir das falas dos representantes dos ministérios que, não apenas a agenda das mudanças climáticas voltou a ter relevância para o governo federal, como também há uma abertura para que se incorporem nas políticas e planos critérios que contribuam para que a descarbonização da economia seja feita de maneira justa. Neste sentido, este workshop contribui para esse processo ao identificar, junto a atores importantes do processo, aspectos relevantes para que se garanta uma transição justa no Brasil.

2. Estrutura do workshop

O Workshop “Diálogos para uma transição justa no Brasil” foi pensado e estruturado sobre dois eixos temáticos e em três arranjos de diálogos diferentes. Os eixos temáticos selecionados para as rodadas de diálogos foram a transição energética justa e as transições justas em outros setores. Já os arranjos para as rodadas de diálogos foram o agrupamento por setores, o agrupamento misto intersetorial e escolha dos participantes nos setores específicos para diálogo. Com base nessa proposta, foram organizadas três rodadas de diálogo, conforme ilustrado na Figura 1 a seguir.



Figura 1 - Estrutura das rodadas de diálogo

Na primeira rodada os participantes foram divididos em grupos para dialogar sobre perspectivas setoriais da transição energética justa de acordo com a seguinte divisão dos setores: academia; sociedade civil; povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; setor privado; e setor público. O principal objetivo dessa primeira rodada foi o de compreender as perspectivas setoriais sobre os aspectos mais relevantes da transição energética justa no Brasil. Também se buscou entender como os setores percebem seu impacto e como são ou seriam impactados por essa transição ideal, e quais políticas e planos nacionais deveriam ser monitorados para garantir uma transição energética que seja justa.

Na segunda rodada, o tema seguiu sendo a transição justa no setor energético. No entanto, buscando dialogar sobre perspectivas intersetoriais das mesmas, as salas de diálogos foram organizadas com representantes de diferentes setores. O objetivo dessa rodada foi o de promover o diálogo sobre a visão intersetorial das pautas prioritárias da transição energética justa no Brasil, de seus principais desafios e dos pontos que julgam ser seus princípios norteadores.

Por último, na terceira rodada o objetivo foi discutir a transição justa em outros setores além do energético. Nesta rodada os participantes puderam escolher qual sala gostariam de participar em função do setor que seria discutido. Foram criadas seis salas: Florestas; Indústria; Agricultura; Resíduos; Planejamento Urbano; e Outros. Em cada sala, foram feitas as seguintes perguntas: Que aspectos são relevantes para uma transição justa no setor específico selecionado para diálogo? Quais os principais desafios dessa transição? Quais políticas e planos devem ser observados/monitorados para garantir uma transição justa? No caso da sala Outros, os questionamentos incluíram a pergunta: quais outros setores devem ser considerados para garantir uma transição justa?

Em todas as rodadas foi utilizada uma ferramenta colaborativa com perguntas instigadoras e espaço para os participantes anotarem suas reflexões ao longo das discussões. Cada uma das rodadas de diálogos teve vinte minutos de duração. Após as discussões, os participantes retornaram para a plenária, na qual um representante de cada grupo apresentou brevemente os principais aspectos discutidos.

3. Participação de stakeholders

O Workshop contou com a presença de 55 participantes ao todo ao longo do evento, além da equipe técnica. Durante a abertura, foi perguntado, através de uma ferramenta, o estado ao qual os participantes pertenciam. Foram 41 respostas, incluindo também alguns dos mediadores¹. A maioria dos presentes eram do Rio de Janeiro (16 respostas), seguido do Distrito Federal (7 respostas). Em seguida, destacam-se os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 3 respostas cada, e Minas Gerais, com 2 participantes. Alagoas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte e Tocantins contaram com 1 resposta cada. A região com maior representação foi o Sudeste, com 49% das respostas. Em seguida, o Centro-Oeste foi representado por 20% dos participantes respondentes, e o Sul por 17%. Além disso, 12% das respostas foram de estados da região Nordeste, enquanto apenas 2% representavam a região Norte. Os resultados encontram-se na Figura 2.

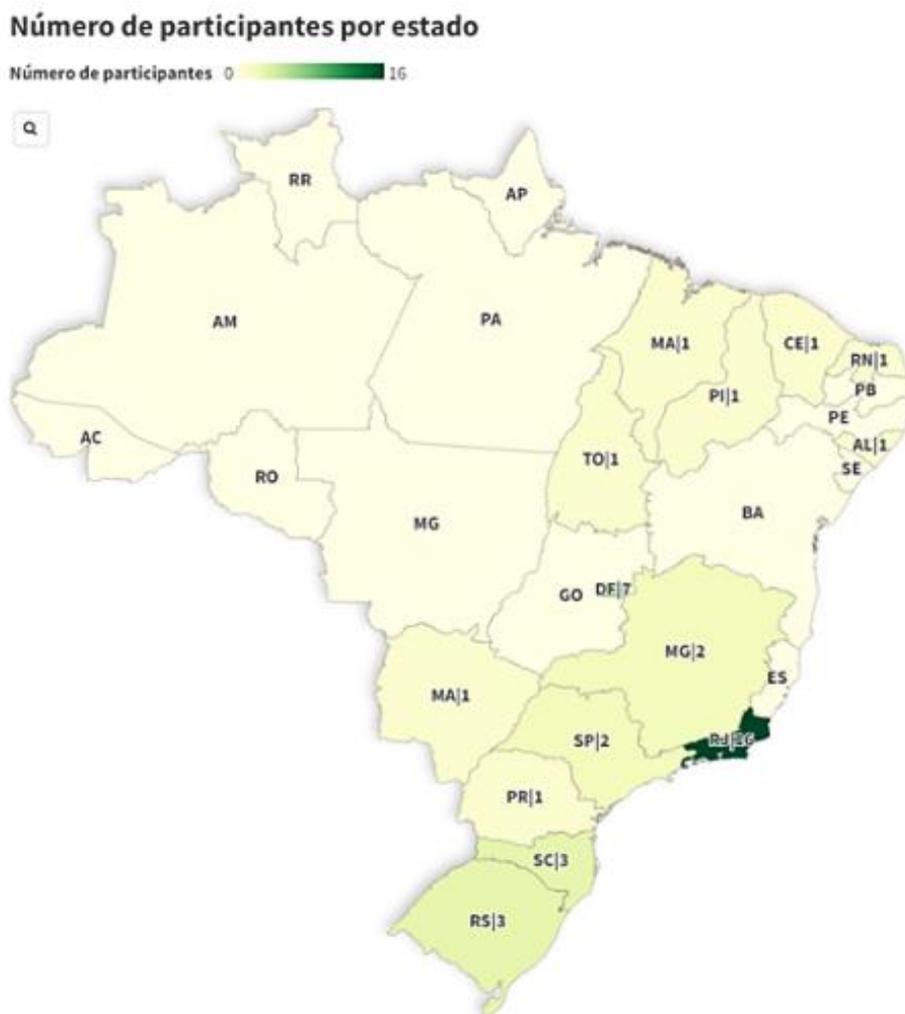


Figura 2 - Participantes do workshop por Unidade da Federação

¹ Importante ressaltar que, devido a dificuldades com o uso da plataforma, alguns stakeholders presentes não responderam à pergunta, de forma que alguns estados podem estar subrepresentados nesta análise.

A partir das salas formadas para a 1ª rodada de diálogo entre os setores (ver seção 5.1), foi possível identificar a participação dos diferentes setores da sociedade no workshop, conforme ilustra a Figura 3. A sociedade civil era a que estava mais representada, com 15 participantes (37% do total), seguida do setor público, com 14 participantes (34%). O grupo da academia contou com 5 representantes (12%), e o setor privado com 4 (10%). Por fim, 3 representantes dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais estiveram presentes, compondo 7% dos stakeholders presentes. Cabe ressaltar que estes números variaram ao longo do workshop, com participantes que entraram em momentos específicos e/ou que enfrentaram dificuldades técnicas para participar.

Número de participantes por setor

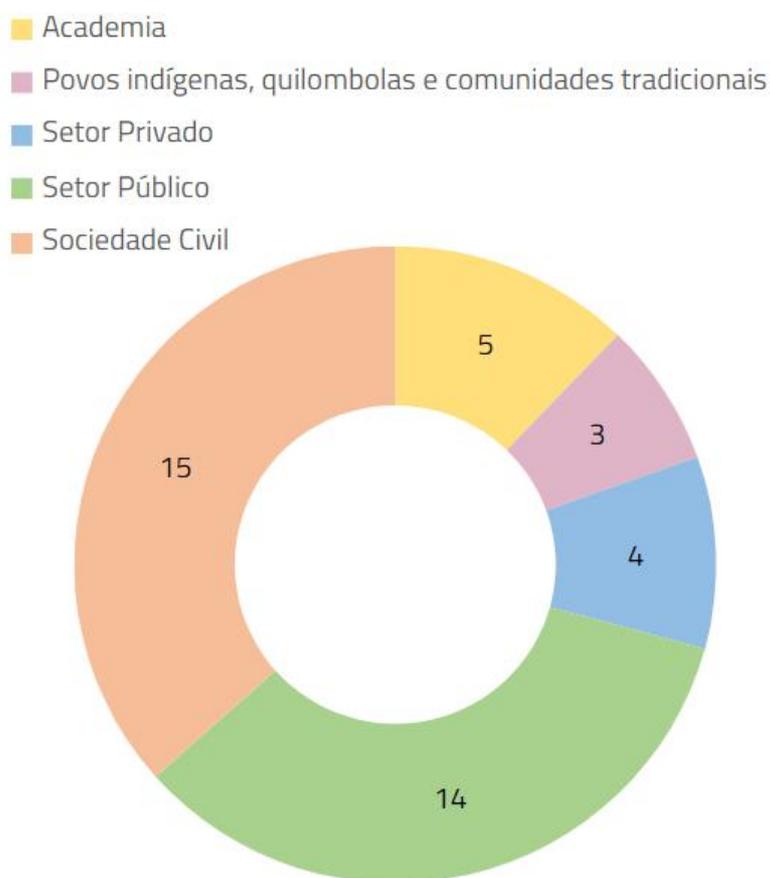


Figura 3 - Número de participantes por setor na Rodada 1

4.1 Perspectivas setoriais sobre transição energética justa

Conforme já apresentado, na Rodada 1 os participantes foram divididos em grupos de acordo com os setores da sociedade que representavam, sendo eles: academia; povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; setor privado; setor público; e sociedade civil. Visando respeitar um número máximo de participantes em cada sala e assim permitir que todos se expressassem, os participantes do setor público e sociedade civil, que estavam presentes em maior número, foram divididos em duas salas cada de maneira aleatória.

QUADRO 1 - GRUPOS E ORGANIZAÇÕES DA RODADA 1

ACADEMIA	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas • Universidade Federal do Rio de Janeiro • Instituto Militar de Engenharia • Michigan State University • Universidade Federal do Tocantins
POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Etnia Xipaya - Médio Xingu/PA • Povo Tembé (Pará) / The Climate Reality Project Brasil • Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Serra dos Rafaéis
SETOR PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> • GIZ • Ludovino Lopes Advogados • Petrobrás • ABSOLAR
SETOR PÚBLICO Grupo 1	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério de Minas e Energia • Ministério das Relações Exteriores • Ministério dos Povos Indígenas • Secretaria do Meio Ambiente e Economia Verde/SC • Agência Nacional de Energia Elétrica • Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte • Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas/SE • Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade/RJ
SETOR PÚBLICO Grupo 2	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária • Empresa de Pesquisa Energética³ • Agência Nacional de Energia Elétrica • GIZ • Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
SOCIEDADE CIVIL Grupo 1	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma Cipó⁴ • WWF Brasil • Revulusolar • CDP Latin America • Operação COP - Climate Reality • Instituto Internacional Arayara
SOCIEDADE CIVIL Grupo 2	<ul style="list-style-type: none"> • Litro de Luz Brasil • Clima Info • Nordeste Potência • Fórum Nacional Popular de Educação • Instituto de Energia e Meio Ambiente • 350.Org • CDP Latin America • Revulusolar

³A sala contava com dois representantes da mesma instituição.

⁴Ver nota 3.

Em cada um dos sete grupos de diálogos organizados para debater as perspectivas setoriais da transição energética justa as perguntas da rodada foram discutidas e, por meio da ferramenta desenvolvida para o evento, foram incluídas notas para a relatoria das discussões dos grupos. As perguntas propostas foram:

(1) Que aspectos são relevantes para uma transição energética justa no Brasil?

(2) Como seu setor é impactado/impacta essa transição energética justa?

(3) Quais políticas e planos devem ser observados/monitorados para garantir uma transição energética justa?

Os resultados obtidos para cada uma dessas perguntas por meio do uso da ferramenta utilizada se encontram ilustrados nas figuras que seguem. Para a primeira e para a terceira pergunta, os resultados foram organizados por eixos temáticos para facilitação da sua interpretação.

Com relação aos aspectos relevantes para uma transição justa, foram identificados entre as respostas cinco eixos temáticos de aspectos, sendo eles: (1) justiça e direitos; (2) participação e governança; (3) sustentabilidade; (4) empregos; e, finalmente, (5) acesso à energia.

Com relação às principais políticas e planos que devem ser observados/monitorados para garantir uma transição energética justa, foram também identificados cinco eixos temáticos, sendo eles: (1) descarbonização; (2) acesso/exclusão energética; (3) segurança; (4) participação; e, finalmente, (5) direitos aos povos tradicionais.

Uma vez ilustrados os resultados da rodada elencados por cada grupo de diálogo, é apresentada uma breve discussão sobre os pontos discutidos pelos setores, elaborada por meio da análise das gravações realizadas do evento e de cada uma das salas de diálogos.

Justiça e direitos

Pobreza e desigualdade

Justiça no processo de transição justa

Busca pela redução da pobreza energética e equidade

Respeito aos direitos das minorias afetadas principalmente em grandes projetos.

Diligência e preservação de direitos humanos

Respeito aos direitos territoriais

Mapeamento dos principais desafios socioeconômicos

Convenção 169 desrespeitada

Respeito aos direitos de populações

Centralização "monocultura energética" terá impacto socioambiental

Equidade biosférica

Violação de direitos

Aspectos da justiça energética: distributiva, processual, reconhecimento

Equidade: A transição energética deve beneficiar todas as comunidades e grupos sociais, independentemente de sua localização geográfica, renda ou origem étnica. Ela deve garantir que ninguém seja deixado para trás e que todos tenham acesso a oportunidades econômicas e sociais

Participação e governança

Estamos ouvindo os(as) impactados(as) pelas escolhas energéticas a serem inseridas no Brasil?

Integração das comunidades na tomada de decisão

Pouco chega na comunidade o termo

Soberania energética: capacidade das comunidades de serem proprietárias e tomarem próprias decisões sobre energia

Participação social e popular na construção das políticas públicas.

Desenvolver mecanismos para que pessoas de todos os níveis sociais participem deste processo

Envolver a juventude e incentivar a adoção de renováveis

Perspectivas feministas e decoloniais: relações de poder em sistemas energéticos

Soberania brasileira para não cair em discursos eurocêntricos, que garanta desenvolvimento sustentável, com soluções do sul global para sul global

Consulta livre e informada que inclua significativamente os povos indígenas e as comunidades tradicionais

Transparência e responsabilidade: A transição energética deve ser transparente em termos de financiamento, decisões políticas e processos de licenciamento. As partes interessadas devem ser responsabilizadas por suas ações e promessas.

Sustentabilidade

Impactos socioambientais causados pela extração de recursos naturais para o setor energético

Transição baseada nos limites planetários (Economia Donut)

Maior incentivo às fontes de menores impactos socioambientais

Dicotomia entre força técnica e demais setores

Praticar a economia circular como princípio na cadeia toda de produção de energia

Garantir que os recursos usados em todo o processo (água, materiais, mineração seja sustentável)

Acesso/exclusão energética

Descentralização da produção energética

Maior incentivo à geração descentralizada de energia elétrica

Modicidade tarifária

Universalização do acesso à energia, com fontes renováveis.

Acesso amplo à energia

Acesso pleno às demandas energéticas

Acesso módico à energia

Dados e informações georreferenciados

Aspectos relacionados a acesso e oferta de energia, buscando acesso universal

Aproveitar novos modelos ex geração distribuída para beneficiar injustiças energéticas

Empregos

Empoderamento e treinamento e capacitação

Perda de postos de trabalho

Como equilibrar desenvolvimento com faseout fóssil direcionando para uma nova economia

Requalificação/ Capacitação da mão de obra atualmente na indústria fóssil

Maior oferta de formação profissional e tecnológica com foco em TE.

Educação e capacitação

Sociedade civil

Justiça climática: A transição energética justa reconhece que as comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas muitas vezes têm contribuído menos para as emissões de carbono. Portanto, é importante que essas comunidades sejam apoiadas na adaptação às mudanças climáticas.

Uma demanda para garantir que a parte justa seja incluída nos fóruns

Necessidade de ter cuidados com segurança das pessoas

Atualmente a sociedade civil contribui com a transição energética justa em especial com a expansão da geração distribuída, mas pode contribuir mais com a definição em si da política energética nacional, caso tenha essa abertura por parte do governo.

Competição pelo uso dos recursos naturais (solo, água, etc)

Levando iluminação solar para comunidades tradicionais

Usar as tecnologias e trabalhar para democratizar o acesso delas às populações vulneráveis

Promoção de energias renováveis: A transição energética justa geralmente envolve a promoção de fontes de energia limpa e renovável, como solar, eólica e hidrelétrica, para reduzir as emissões de carbono. No entanto, é importante fazê-lo de forma a equilibrar as necessidades de energia com a conservação ambiental.

Trabalho de base na linha de soluções para a transição.

Povos indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Belo Monte: comunidades não foram respeitadas. Inúmeros processos de violência

Setor público

Pela responsabilidade do planejamento energético, é plenamente impactado

Desenvolver tecnologias para propiciar a produção de energias renováveis

Formulação de políticas, regulamentações, planos

E para além do que foi colocado sobre a requalificação profissional também é preciso pensar na quantidade de recursos que são movimentados pelas empresas públicas e como isso interfere na economia como um todo

Para ANEEL: redução da pobreza energética e mais acesso à energia elétrica.

Criação de salvaguardas para evitar impactos indesejados

Falta interação com população minorizada

Setor privado

Liderança pelo exemplo

Direitos humanos

Setor energético como alavancador da transição justa

Setor deve priorizar a qualidade de vida de seus trabalhadores e a comunidade

Legislação/Regulamentação do setor

Academia

Extensão acadêmica

Pesquisa e análise de riscos

Defesa da indústria do petróleo dentro da academia

Academia colabora para externalizar os problemas

Análise de soluções (não ficar apenas em críticas)

Facilitar espaços de discussão entre diversos atores

Participar de espaços de discussão

Quais políticas e planos devem ser observados/monitorados para garantir uma transição **energética** justa?

Descarbonização

Redução progressiva do subsídio para tecnologias fósseis

Enfrentamento às causas das mudanças climáticas

Políticas de incentivo ao setor privado

Integração de políticas de desenvolvimento e conservação com políticas energéticas

Adaptação para economia de baixo carbono

Supressão do subsídio para tecnologias fósseis

Garantir que o custo das novas tecnologias não inviabilize o seu alcance

Assegurar que os investimentos em novas energias e descarbonização dos negócios tradicionais considerem hierarquia de mitigação custo-efetiva

Promoção de tecnologias de baixo carbono: A pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono, como armazenamento de energia avançado e transporte sustentável, devem ser incentivados para acelerar a transição.

Colaboração global: A transição energética justa é um desafio global que requer cooperação internacional para compartilhar melhores práticas, tecnologia e recursos.

Esses princípios são fundamentais para garantir que a transição energética não apenas reduza as emissões de carbono, mas também promova a justiça social e econômica em todo o mundo.

Acesso/exclusão energética

Artigos constitucionais e tratados internacionais respaldam os direitos

Todas as políticas públicas voltadas para o setor de energia, buscam uma transição energética justa.

Planos com metas definidas a partir do mapeamento georreferenciado para expansão de acesso à energia elétrica

Política de combate à pobreza energética

Acesso à energia: A transição deve assegurar que todas as pessoas tenham acesso a serviços de energia confiáveis e acessíveis. Isso é fundamental para combater a pobreza energética e melhorar a qualidade de vida.

Políticas focadas nos "esquecidos", ainda existem um milhão de pessoas na Amazônia sem acesso à energia

Políticas Públicas para redução da pobreza energética e alocação adequada de custos decorrentes da Transição Energética.

Financiamento de geração de energia e eficiência energética para a população de baixa renda

Direitos dos povos tradicionais

Convenção 169 da OIT.

Monitoramento de Impacto Social e Econômico

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Participação

Políticas e planos que incluam e consultem a sociedade

Faltam políticas públicas que viabilizem a conversa.

Garantia de participação popular nos processos de transição

É necessário melhorar a comunicação para a sociedade em geral sobre como funciona o planejamento energético nacional. Planos decenais, etc.

Consulta pública e planos de transição que busquem consentimento (licenciamento por ex.)

Segurança

Segurança energética

PNMC, PNE 2050, PDEs.

Legislação sobre eficiência energética

4.1.1 Academia

O grupo de diálogos da academia elencou alguns aspectos relevantes para uma transição energética justa no Brasil, apontando para a necessidade de tratar sobre as desigualdades sociais, em especial no que diz respeito à territorialidade dessas questões. O grupo enfatizou que os projetos energéticos no país demandam altos investimentos nacionais, mas que colocam em risco as comunidades locais e tradicionais, bem como os seus territórios, já que implicam mudanças no uso do solo, desmatamento, erosão e conseqüente aumento da vulnerabilidade territorial.

O grupo discutiu a importância de uma transição energética que combata as desigualdades, integre as comunidades locais nos processos, promova locais de fala e invista em programas educacionais e treinamentos para capacitar as comunidades afetadas, incluindo os jovens na discussão. Foram discutidas também as diferentes dimensões da justiça e como elas se relacionam às perspectivas da transição energética justa. Com relação à justiça processual, o grupo destacou como aspectos relevantes a necessidade de que as pessoas diretamente afetadas pela geração de energia participem das decisões e de que sejam reconhecidos os povos tradicionais e respeitados seus direitos de existir em seus territórios, levando em conta seus

estilos de vida. Com relação à justiça distributiva, o grupo destacou que os benefícios e impactos da produção de energia afetam diferentes pessoas de distintas formas, que a soberania energética deve ser levada em consideração para que as comunidades possam decidir a tecnologia e o modelo de energia que desejam e, finalmente, que as perspectivas feministas e decoloniais devem ser incorporadas, já que são capazes de identificar as raízes das desigualdades observadas no setor energético.

Ao discutir sobre o impacto da transição energética justa no setor e pelo setor da academia, alguns pontos foram elencados, como a importância da extensão acadêmica no diálogo entre as comunidades e a produção acadêmica, o papel da academia na análise de riscos e no monitoramento dos projetos energéticos, e a participação da academia na divulgação científica dos problemas dos combustíveis fósseis, na compreensão dos problemas por outros ângulos e na proposição de soluções para políticas públicas.

Por outro lado, a academia também é impactada pela transição energética justa. Um exemplo é a existência de pesquisas e centros acadêmicos diretamente relacionados à área de combustíveis fósseis. Também foi lembrado que existem diversas

instituições não interessadas na transição energética que financiam a ciência e a academia no país. Além disso, foi levantado que as estruturas acadêmicas funcionam dentro do modelo atual e estão entrelaçadas a ele, sendo elas, portanto, impactadas por qualquer transição.

Por fim, ao debater as políticas e planos que devem ser observados para garantir uma transição energética justa, foi enfatizada a necessidade de uma política que combata a pobreza energética e garanta o acesso justo à energia. Isso é, que foque nas populações que são esquecidas pela transição e que sequer possuem acesso à eletricidade atualmente. Foi apontado também que devem ser incluídos critérios de equidade biosférica nas políticas públicas, que devem questionar quais são os territórios em que as pessoas estão vivendo e quem são os moradores dos locais mais vulneráveis e afetados pelos problemas ambientais em questão.

4.1.2 Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

O grupo de diálogos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais⁵ destacou que o respeito aos direitos territoriais deveria ser um aspecto fundamental da transição energética justa. Nesse sentido, o grupo discutiu a falta de cumprimento da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - que dispõe

sobre a consulta livre, prévia e informada das populações indígenas e tradicionais no que se refere a qualquer tomada de decisão que possa afetar seus bens e direitos. O grupo apresentou a construção de Belo Monte como exemplo, indicando que, apesar de ser apresentada como eixo da transição energética, além de desrespeitar a convenção e impactar a região negativamente no âmbito ambiental, social e de nível de planejamento, também foi responsável por introduzir mais processos de violência contra os povos indígenas e comunidades tradicionais.

A falta de políticas públicas que possam viabilizar as conversas e as tomadas de decisões em conjunto com essas comunidades também foi levantada como um aspecto a ser avaliado durante o processo de transição. O grupo enfatizou que já existe arcabouço legislativo e convenções nacionais e internacionais que contemplam os direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Entretanto, ainda não há diálogo claro, consulta, implementação ou fiscalização no que diz respeito ao emprego dessas legislações e tratados indigenistas, de modo que esses são facilmente desrespeitados.

Por fim, o grupo destacou a falha na comunicação, apontando que apesar do termo “transição energética justa” ser novo, é algo que vem sendo discutido em diversos setores, mas quase não chega na comunidade.

⁵ Participantes deste grupo enfrentaram dificuldades técnicas para se conectar na primeira rodada, o que comprometeu o tempo disponível para as discussões.

4.1.3 Setor Público

O Grupo 1 do setor público destacou como aspecto relevante para a uma transição energética justa no Brasil a necessidade de iniciar o processo com o mapeamento dos principais desafios socioeconômicos nacionais. O grupo discutiu a necessidade de incluir as perspectivas dos povos indígenas e outros grupos minoritários nas consultas públicas para compreender os impactos da transição energética sobre eles, tomando em consideração o fato de que eles representam uma minoria populacional cujas perspectivas não necessariamente serão reverberadas nas consultas caso não sejam devidamente incluídos nesses processos de participação.

O Grupo 1 acrescentou ainda a necessidade de capacitação e requalificação dos profissionais para garantir que eles possam se realocar nessa nova indústria originada com a transição energética. Outro aspecto relevante da transição energética justa no Brasil discutido pelo Grupo 1 foi a dicotomia entre força técnica e demais setores nesse diálogo, indicando que, além de existir narrativas mais propensas a analisar a transição energética desde uma perspectiva técnica e econômica, existe uma falta de diálogo entre os diferentes órgãos competentes e implicados pela agenda de transição justa.

Finalmente, o Grupo 1 mencionou a necessidade de, para além de uma agenda de educação climática, incluir uma agenda de educação cidadã na transição energética justa, a fim de garantir que os impactos gerados pela transição energética - além dos ambientais, também os políticos e sociais - sejam compreendidos por todos os atores implicados nela.

Já o Grupo 2 do setor público elencou como aspecto relevante da transição energética justa, considerando a desigualdade social existente no país, a necessidade de democratização do acesso à energia, com acesso amplo e módico, visto que uma parcela da população nem sequer tem acesso à energia.

Com relação à forma como o setor é impactado ou impacta a transição energética justa, o Grupo 2 destacou a existência de diferentes atores dentro do setor público cujos impactos se dão em esferas distintas. Entre essas diferenças, o grupo destacou atores que de fato atuam na formulação das políticas públicas, regulamentações e planos, e aqueles que atuam no desenvolvimento de tecnologias/ferramentas que permitam o acesso dos diferentes níveis da sociedade a participar do processo de transição energética. De forma sinérgica a esse ponto, o Grupo 1 destacou a importância de diálogo entre diferentes

esferas do setor público em um mesmo nível, já que a agenda de transição energética justa deve ser compreendida como competência e responsabilidade de diferentes áreas de atuação. Foi apresentado como exemplo o nível municipal, indicando que diferentes secretarias deveriam estar atuando juntas para o encaminhamento da pasta.

Além desse ponto, o Grupo 1 destacou como responsabilidade do setor público a garantia de inclusão de grupos minoritários nos processos participativos e das pautas ambientais. A narrativa adotada para a relação entre essas partes foi a de que, em muitos casos, ambos terminam por não ter suas pautas reivindicadas já que, no caso dos grupos minoritários, podem não ser incluídos e, no caso das pautas ambientais, por não terem atores para reivindicar sua defesa, terminam invisibilizadas.

Outro ponto importante trazido pelo Grupo 2 como competência do setor público diz respeito à criação de salvaguardas para evitar impactos indesejados na formulação de políticas e planos, ressaltando a importância de conexão e diálogo constante com as pessoas diretamente atingidas para observar as questões locais.

No que se refere às políticas e planos que devem ser observados/monitorados para garantir uma transição energética justa, o Grupo 2 apontou que, para

garantir que o custo das novas tecnologias não inviabilize o seu alcance, é importante pensar nos subsídios que são dados para às tecnologias fósseis, já que a sociedade vai tomar decisões amparada pela comparação entre os custos finais da energia. Nesse sentido, considerando a urgência climática, o grupo indicou que, em termos de recomendação de políticas públicas, devemos caminhar para a supressão, mesmo que não imediata, dos subsídios aos fósseis (ou, pelo menos, uma redução progressiva desses subsídios).

4.1.4 Setor Privado

O grupo de diálogos do setor privado apontou como aspectos relevantes para a uma transição energética justa no Brasil a pobreza e a desigualdade, ressaltando que a forma como a sociedade vem se desenvolvendo agrava as desigualdades sociais, sendo esse um aspecto chave a ser considerado para uma transição justa. Outro aspecto indicado pelo grupo é a importância de envolver a juventude nesse processo, incentivando a adoção de renováveis em seu modelo descentralizado e demonstrando a importância dessas fontes de energia.

Nos diálogos no grupo, um participante afirmou que a geração de energia solar é a principal tecnologia para que a transição energética ocorra, especialmente pela versatilidade de ser instalada em qualquer lugar.

Reconhecendo sua importância para a transição energética, foi mencionado que é importante encontrar (ou pensar) o caminho para que seja uma transição justa.

Os participantes ressaltaram ainda que a transição energética afeta todos os setores da economia. A ideia é que a transição energética justa seja uma rota que faça com que a transição energética tenha sucesso do ponto de vista de direitos humanos e igualdade, garantia de direitos e impactos positivos. Quando o adjetivo “justa” chega no âmbito da transição energética, ele deve mudar tudo, porque existem diversos caminhos possíveis, inclusive aqueles que passam pelo agravamento das condições das comunidades vulnerabilizadas. Portanto, o setor de energia deve ser um alavancador da transição energética justa.

Segundo os participantes, o modelo de novo ciclo de crescimento precisa ter a comunidade, os trabalhadores e o meio ambiente como pontos centrais da escolha dos caminhos. E, ainda que a transição energética justa componha um modelo de crescimento que deve ser uma escolha do Estado, o grupo ressaltou que o setor privado tem seu papel no processo.

Com relação à forma como o setor é impactado ou impacta a transição energética justa no Brasil, o grupo indicou que o setor privado pode ter papel decisivo para o sucesso da

transição energética justa, impactando a transição energética através da liderança pelo exemplo, garantindo poder de consulta e busca de consentimento em relação aos planos de transição, por exemplo, e prezando pela maior qualidade dos empregos gerados.

Sobre as políticas e planos que devem ser observados/monitorados para garantir uma transição energética justa, o grupo pontuou que as leis que regem a questão da eficiência energética podem contribuir, porque isso implicaria na conservação e menor necessidade de geração das fontes renováveis. Além de olhar o que já existe em termos de regulamentação que promova a transição energética, o grupo de diálogos indicou ainda que é interessante entender como isso pode ser cobrado e implementado na prática, monitorar outras movimentações que já existem de projetos que possam estar em tramitação no congresso. Por fim, destacaram a importância de processos de consulta pública e planos de transição que busquem consentimento com as partes relacionadas.

4.1.5 Sociedade Civil

O Grupo 1 de diálogos da sociedade civil indicou que o respeito aos direitos das minorias afetadas é um importante aspecto para a transição energética justa no Brasil, especialmente tratando de projetos energéticos.

Foram apontados quatro pilares para uma transição energética justa: a reconversão de empregos do setor de óleo e gás para empregos verdes; a mitigação de impactos socioambientais de grandes empreendimentos solares e eólicos; o aproveitamento das oportunidades e dos novos modelos de tecnologia e negócios para beneficiar os grupos historicamente injustiçados; e justiça ao longo do processo, com a inclusão dos grupos nas decisões e formulações de políticas. Foi salientada a importância do Brasil capitanear a transição energética a partir de um modelo de soluções desenvolvido no sul global para mitigar problemas do sul global, evitando que sejam importados discursos eurocêntricos. Por fim, foi discutida a necessidade de desenvolver a transição energética sobre princípios da economia circular.

O Grupo 2 da sociedade civil destacou como aspecto relevante a participação social e popular na construção das políticas públicas, porque, segundo o grupo, as políticas de transição energética e legislações vêm sendo formuladas sem a participação efetiva da sociedade civil e, dessa forma, não há justiça nesses processos de transição. Outro aspecto importante

O Grupo 2 da sociedade civil destacou como aspecto relevante a participação social e popular na construção das políticas públicas, porque, segundo o

grupo, as políticas de transição energética e legislações vêm sendo formuladas sem a participação efetiva da sociedade civil e, dessa forma, não há justiça nesses processos de transição. Outro aspecto importante destacado pelo grupo é o respeito aos direitos das populações, sendo um princípio fundamental a busca pela compreensão de suas perspectivas para entendimento das questões locais, para que sejam melhor alocadas as estratégias de atuação por melhorias. Além disso, o grupo enfatizou a necessidade de treinamento e capacitação das comunidades locais para as novas oportunidades de emprego que estão surgindo e a importância do fomento à geração solar distribuída.

Com relação à forma como a sociedade civil impacta e é impactada na agenda de transição energética justa no Brasil, o Grupo 1 destacou o papel do setor com a criação de canais que conectem a sociedade e levem adiante a mensagem da transição energética justa. Um dos participantes indicou ainda que a sua organização impacta a transição energética justa ao atuar na ampliação do acesso às tecnologias renováveis e usar as inovações e oportunidades da transição energética para produzir justiça social, possibilitando o acesso à energia de melhor qualidade e mais barata, a criação de novos empregos e oportunidades de capacitação.

Já o Grupo 2 da sociedade civil indicou que o setor impacta a transição energética justa através do trabalho de base na linha de soluções para a transição juntamente às comunidades vulneráveis, que são, em geral, quem mais sofre com a transição energética. O grupo reforçou que é importante fazer esse trabalho dentro das bases para que de fato se discuta justiça climática e para que sejam nivelados os conhecimentos e informações acerca dos projetos e planos de transição.

Outro ponto importante discutido pelo grupo dentro do campo de atuação do setor é a construção, em conjunto com as comunidades, de salvaguardas necessárias para minimizar os impactos dessa transição. Essa construção se dá através de um processo de consulta e escuta para identificação dos principais pontos e para prestar o devido suporte às comunidades.

4.2 Perspectivas intersetoriais sobre transição energética justa

Na Rodada 2 os participantes foram divididos em grupos mistos, ou seja, sem diferenciação por setor. Como forma de identificar cada um dos diversos grupos, estes foram nomeados em homenagem aos rios brasileiros. A organização dos grupos buscou a melhor distribuição de pessoas e de setores possível, de modo que diversos participantes de um mesmo setor não ficassem no mesmo grupo. No entanto, em função da saída de alguns integrantes na segunda rodada, alguns grupos tiveram maior e outros menor participação, conforme indicado no quadro abaixo.

QUADRO 2 - GRUPOS E ORGANIZAÇÕES DA RODADA 2

PARANÁ	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma Cipó • Secretaria do Meio Ambiente e Economia Verde/SC • Diretoria de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios - MME
XINGÚ	<ul style="list-style-type: none"> • Ludovino Lopes Advogados • Centro de Gestão e Estudos Estratégicos • Instituto de Energia e Meio Ambiente • Empresa de Pesquisa Energética • 350.org
SÃO FRANCISCO	<ul style="list-style-type: none"> • WWF Brasil • Nordeste Potência • GIZ • Empresa de Pesquisa Energética • Petrobras • Agência Nacional de Energia Elétrica • Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Serra dos Rafaéis
URUGUAI	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério dos Povos Indígenas • Revolusolar • Michigan State University • Fórum Nacional Popular de Educação • Agência Nacional de Energia Elétrica • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IGUAÇU	<ul style="list-style-type: none"> • Revolusolar • GIZ • Universidade Federal do Tocantins
ARAGUAIA	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas • Litro de Luz Brasil • Ministério das Relações Exteriores • Etnia Xipaya - Médio Xingu/PA

Nesta rodada foram também utilizadas três perguntas para nortear a discussão entre os participantes:

- Quais são as pautas prioritárias da transição energética justa no Brasil?
- Quais são os principais desafios da transição energética justa no Brasil?
- Quais são os princípios para uma transição energética justa no Brasil?

4.2.1 Pautas prioritárias da transição energética justa

Por meio do uso da ferramenta desenvolvida para o evento, cada grupo destacou os pontos mais importantes do seu diálogo. Com esses resultados em mãos, foi possível de identificar pelo menos oito eixos temáticos de pautas prioritárias, sendo eles: (1) acesso e/ou exclusão energética; (2) energias renováveis; (3) educação; (4) participação e governança energética; (5) impactos da transição energética; (6) autonomia nacional; (7) alternativas para a promoção da transição energética justa; e (8) intersecção das pautas energéticas com outros setores.



Fonte: chandlervid85, Freepik

Acesso/exclusão energética

Acesso à energia
Democratização energética

Segurança Energética: todos devem ter acesso à eletricidade moderna, segura e sustentável

Pobreza Energética

Acesso a linhas de financiamento e políticas públicas para apoiar o acesso à energia descentralizada

Redução da pobreza energética

Acesso amplo à energia

Acesso módico à energia

Universalização do acesso à energia

Erradicação da pobreza energética.

Aspectos relacionados a acesso e oferta de energia, buscando acesso universal

Maior acesso de novas tecnologias.

Garantia de acesso à energia limpa e possam pagar por elas

Energias renováveis

Aumento e efetividade de políticas de incentivo à Geração Distribuída

Pacto pela não proliferação dos combustíveis fósseis

Ampliar produção e uso de combustíveis alternativos

Questão territorial. Descentralização da energia é fundamental

Transição em áreas remotas

Uso de energia renovável por pessoas de baixa renda

Transporte

Modal de transporte e planejamento urbano

Aumento da sinergia entre modais de transporte (hidrovia, ciclovias, etc)

Educação

Educação Ambiental para entendimento de mitigação e adaptação

Incluir juventude negra e formação/capacitação local. Empoderamento.

Acesso à informação

Conhecimento acessível. Acesso à informação. Importância das pessoas compreenderem a importância da descarbonização

Educação: divulgação em forma de marketing e até mesmo nas escolas

Participação e governança

União e diálogo transparente- Articulação entre diferentes setores

Participação popular no processo decisório

Apoio às cidades na transição econômica e fiscal

Governança Energética

Respeito às populações tradicionais nos processos decisórios

Consulta pública e planos de transição que busquem consentimento

Impactos

Controle dos impactos socioambientais provenientes da exploração de recursos para a transição

Amparo à transição dos trabalhadores fósseis

Análise de Risco.

Soluções alternativas

Modicidade tarifária: energia elétrica e combustíveis

Financiamento Energético, Inclusão, capacitação pública para a participação qualificada nos planos de médio e longo prazo

Acesso/exclusão energética

Diferentes grupos elencaram como prioridades para a transição energética justa no Brasil pautas relacionadas ao acesso e à exclusão energética. O grupo Iguaçu destacou, por exemplo, que a transição justa no setor energético deve ser um instrumento de erradicação da pobreza e da promoção da justiça social, ambiental e energética. O grupo São Francisco, de forma análoga, destacou a necessidade de olhar para a questão energética a partir de uma outra perspectiva, colocando o desenvolvimento social como prioridade, de modo que, apesar de o processo ter altos custos, os ganhos promovidos pelo acesso energético, como inclusão social, geração de renda, melhoria da qualidade de vida, serão maiores.

Ambos os grupos citados destacaram a necessidade de priorizar o acesso universal à energia. O grupo Iguaçu indicou a necessidade de uma transição que permita que o serviço de fornecimento de energia tenha um preço justo e acessível para todos. Já o grupo São Francisco acrescentou a estas prioridades a necessidade de um acesso seguro e módico. O grupo Xingu, na mesma linha, destacou que há uma demanda energética reprimida e que é uma prioridade garantir o acesso energético de toda a população, considerando a modicidade tarifária e

os impactos ambientais. O grupo São Francisco destacou como prioridade a necessidade de implementação de programas que beneficiem essas comunidades tradicionais e todas aquelas que forem impactadas durante o processo de transição energética, de modo que esses programas promovam não somente o acesso à energia, mas que seja também uma oportunidade de geração de renda.

Focando na acessibilidade a partir de uma perspectiva tecnológica, o grupo Uruguai indicou como pauta prioritária a importância de garantir que comunidades de baixa renda tenham acesso às energias renováveis por meio do uso de tecnologias de geração distribuída.

A pobreza energética, nestes termos, foi discutida como uma pauta prioritária nos grupos Araguaia e São Francisco. O grupo Araguaia a elencou como uma pauta prioritária de discussão por pensá-la enquanto um paradoxo da transição, considerando que milhões de pessoas ainda não têm acesso à energia elétrica convencional.

Energias Renováveis

Ainda que a “transição energética justa” seja um tema associado à noção da expansão da oferta de energia

renovável no setor energético, o grupo Uruguai destacou que é importante que a própria noção de transição energética seja corretamente explorada. O grupo indicou que a diminuição da exploração de combustíveis fósseis deveria estar atrelada a esse tema e que, além de não vir sendo cumprida, essa noção não vem sendo debatida no Brasil.

A expansão das energias renováveis por meio da descentralização do sistema elétrico nacional também foi destacada. O grupo Iguaçu incluiu a descentralização como pauta prioritária, indicando a importância de se aproveitar os espaços territoriais já existentes, como os telhados no caso da energia fotovoltaica, para garantir o equilíbrio do sistema. Este ponto é corroborado pela pauta prioritária do grupo Araguaia, que indicou que, em razão de a maior parte da população que ainda não tem acesso à energia estar em áreas remotas, é fundamental considerar como será a transição nessas áreas.

Para além do setor elétrico, o grupo São Francisco também indicou como pauta prioritária a ampliação da oferta de combustíveis alternativos no Brasil. O grupo indicou que os desafios da descarbonização do setor dos combustíveis são mais complexos que os do setor elétrico e que alguns meios de transporte não podem ser eletrificados, como a aviação e o transporte marítimo. Nesse sentido, o grupo indicou como oportunidade para

o setor energético o aproveitamento de recursos naturais, como a produção de hidrogênio verde, amônia ou outros combustíveis sintéticos.

Educação

A educação foi apontada como um eixo prioritário para quatro dos seis grupos de diálogos. O grupo Iguaçu elencou que entre as pautas prioritárias para a transição energética justa no Brasil estão o conhecimento acessível e o acesso à informação, em especial no que diz respeito às energias renováveis, e a capacitação e educação de jovens negros e das comunidades locais afetadas pelos projetos energéticos.

No mesmo sentido, o grupo Uruguai destacou que a educação e conscientização das novas gerações é primordial, já que boa parte da população não tem conhecimento das pautas em discussão na transição energética. Para além da educação ambiental e climática, o grupo destacou a importância da educação para o exercício pleno da cidadania e democracia como um todo, indicando que o conhecimento das arenas de participação no setor energético é primordial para o planejamento de uma transição justa.

Já o grupo Paraná incluiu a educação ambiental como área prioritária no que tange o entendimento sobre mitigação e adaptação climática para que a população de fato compreenda a necessidade de que aconteça a

transição energética de forma justa na reestruturação de uma nova economia. De modo semelhante, o grupo Araguaia apontou para a necessidade de capacitação e de informação dessas comunidades, para que as mesmas tenham conhecimento não somente dos benefícios e impactos da transição, como também para que compreendam como são implicadas suas necessidades e demandas.

Participação e governança

Outro eixo de destaque das pautas prioritárias da transição energética justa nos diálogos intersetoriais foi a de processos de participação e governança inclusivos. A discussão no grupo Uruguai, por exemplo, partiu da premissa de que o desenvolvimento da política energética nacional envolve participação pública e que, no entanto, a população e sociedade civil nem sempre têm conhecimento desses processos de participação. Entre os exemplos citados, o grupo indicou que existem consultas públicas que ficam abertas por meses e que, apesar disso, as pessoas não ficam sabendo.

O grupo São Francisco indicou que é de extrema importância que as comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e todas aquelas que forem impactadas sejam ouvidas ao longo desses processos de transição sejam escutadas. A mesma posição foi apontada pelo grupo Xingu, que indica a

necessidade de tomada de decisão respeitem as populações tradicionais. Um risco associado à participação ineficiente desses grupos nos processos de decisão foi pautado na discussão do grupo Araguaia, e diz respeito às falhas no dimensionamento dos sistemas elétricos. De acordo com o exemplo citado, existem situações em que os sistemas chegam prontos às comunidades e, no entanto, não atendem às necessidades das pessoas.

Como sugestão para o mesmo problema da participação, o grupo Paraná ressaltou a importância de mesas de diálogos coordenadas pela Casa Civil da Presidência para conversar com as comunidades impactadas. Somando a isso, o grupo Uruguai discutiu a importância de pensar nos recursos e ferramentas utilizadas nesses processos participativos, com a finalidade de garantir espaços de participação públicos que sejam de fato inclusivos, indicando que ‘temos que ir até o governo, mas o governo precisa ir até as comunidades’.

Com relação aos aspectos da governança energética, o grupo Paraná indicou que as pautas prioritárias precisam ser abordadas de forma transversal e que, por isso, é fundamental que haja união e diálogo transparente para suprir o grande desafio da articulação entre os diferentes setores.

Focando na perspectiva das cidades, o grupo Xingu indicou como uma pauta prioritária o impacto sobre as cidades (e os programas sociais) que recebem royalties do petróleo. Participantes afirmaram que deve ser dado um apoio a essas cidades, as quais deverão sofrer um impacto tributário significativo e precisam avaliar como será a transição fiscal.

Impactos

Com relação aos impactos da transição energética, o grupo Xingu discutiu como pauta prioritária a necessidade de suporte a trabalhadores de atividades ligadas aos combustíveis fósseis, que precisam ser requalificados para uma transição de carreira para os setores considerados limpos. Indicou-se que há grupos de trabalhadores da indústria do carvão defendem esse setor porque é o meio de subsistência deles, e que, se não houver um plano de transição para esses trabalhadores, não haverá justiça. Portanto, o grupo salientou que deve haver políticas públicas de recolocação dos profissionais.

Autonomia

A importância do desenvolvimento de narrativas e políticas públicas de transição energética justas que sejam autônomas foi também um eixo temático de destaque nos diálogos intersetoriais. O grupo Paraná, por exemplo, destacou entre as pautas prioritárias para a transição energética justa no Brasil a necessidade de instituir um modelo brasileiro para a transição,

já que elas são atravessadas pelas dinâmicas do capitalismo transnacional e que afetam diretamente, para além do clima, a vida e bem-estar das populações mais vulneráveis. Diante disso, entendendo que as transições energéticas podem ampliar as dinâmicas de dependência, o grupo destacou que a transição energética justa no Brasil precisa implicar o debate da soberania energética, no sentido de procurar um caminho para a transição que não seja pautado na lógica eurocêntrica e ocidental e (pensando em termos de governança global) que diminua a dependência do Brasil com relação aos países mais ricos.

Como estratégia para o desempenho desse controle de autonomia, o grupo Uruguai incluiu como pauta prioritária o desenvolvimento de tecnologias energéticas nacionais, indicando que o que funciona na Europa não necessariamente funcionará no Brasil (tropicalização tecnológica). Entre os debates desenvolvidos na sala, o grupo pautou a necessidade de o Brasil voltar a ter editais para produção de tecnologias que pensem no viés da transição energética justa, salientando que o país possui capital humano e competência para essa transição tecnológica (universidades e centros de pesquisa pública), mas que carece de linhas de investimento.

Soluções alternativas

Dois grupos elencaram como pautas prioritárias ações entendidas como soluções alternativas para uma agenda de transição energética justa no Brasil. O grupo Uruguai destacou nas notas incluídas na ferramenta empregada no diálogo o financiamento energético e a capacitação pública para a participação qualificada nos planos de médio e longo prazo como temas prioritários na agenda de transição energética.

Já o grupo Xingu apresentou como ferramenta para a garantia de acesso energético módico o subsídio a famílias de baixa renda para acesso à energia para cocção (ex.: vale gás). O grupo ainda estendeu a questão do acesso para o setor de transporte, indicando que se trata de uma atividade em que transição pode elevar os custos de produtos e do transporte público para a população que depende dele.

Transporte

O grupo Xingu salientou a importância de considerar os modais de transporte para a transição energética brasileira e, além de aumentar as alternativas de transporte urbano, aumentar a sinergia entre os modais de transporte. Entre os exemplos citados, foi mencionado que a população flutuante não tem transporte de massa suficiente. A relação entre os modais de transporte e planejamento urbano foram consideradas, portanto, prioritárias para o grupo. O grupo

salientou ainda que os combustíveis alternativos não são suficientes para equacionar o problema dos transportes no Brasil e que são preciso alternativas que envolvem o planejamento urbano. Com relação aos transportes públicos, o grupo indicou que os preços das passagens devem ser também considerados dentro de um planejamento de transição justa e que nos grandes centros urbanos estão muito caras as tarifas. A cidade de Maricá (RJ) foi citada como uma solução, já que possui implementado o programa "tarifa zero", por meio da qual as passagens são gratuitas. No entanto, discutiu-se que, dentre as razões para esse modelo tarifário ter sido implementado, estão os royalties à cidade garantidos pela exploração nacional de petróleo. Essa discussão pautou a necessidade de que sejam pensadas alternativas de modicidade tarifária que sejam possíveis às cidades e que não impliquem na necessidade de exploração de recursos fósseis.

4.2.2 Desafios da transição energética justa

Outro ponto atribuído para o diálogo intersetorial foi buscar compreender quais são os principais desafios da transição energética justa no Brasil. Por meio do uso da ferramenta desenvolvida para o evento, cada grupo destacou os pontos mais importantes do seu diálogo na indicação de sua resposta. Com esses resultados em mãos, foi possível identificar pelo menos 7 eixos temáticos desses desafios, sendo eles: (1) acesso e/ou exclusão energética; (2) equidade; (3) economia; (4) segurança energética; (5) corporativismo; (6) participação e governança; e (7) oferta de empregos.



Acesso/exclusão energética

Falta de acesso a energia na região amazônica (principalmente)

Universalização do acesso a energia para usos produtivos.

Aumento do custo de energia do grid em função da demanda de produção para exportação de energia

Tarifas cada vez mais altas

Aumento do uso de lenha e carvão para cozinhar

Cada vez mais necessário usos de energia para adaptação climática

Qualidade da energia e acessibilidade econômica

Resistência das comunidades à novas tecnologias

Custo para as comunidades de baixa renda

Participação e governança

Compreensão da interface entre energia e outras políticas públicas de modo a integrar planos setoriais

Governança na integração de políticas públicas de diferentes setores conectadas, por exemplo que conecte aquelas focadas em inclusão social com transição energética

Propagar e informar a população sobre como acontece a criação e o desenvolvimento de políticas (passos e procedimentos)

Propagar e informar a população sobre como acontece a criação e o desenvolvimento de políticas (passos e procedimentos)

Efetiva participação da sociedade civil na discussão e definição da política energética nacional

Lacunas nos EIA
Audiências públicas eficientes (comunicação entre os atores)

Integração de políticas de energia com políticas de conservação e desenvolvimento

Segurança energética

Evidenciar os modelos que atendam às realidades

Intermitência das tecnologias

Criação de consenso para segurança energética

Corporativismo

Greenwashing

Transição energética corporativa

Equidade

Disseminar os benefícios entre os grupos vulneráveis /minorizados

Pensar no conceito de Justiça

Desigualdades socioambientais

Empregos

Oportunidade de emprego com capacitação local para O&M, especialmente em GD e sistemas isolados

Desemprego setorial

Fomentar a geração de emprego e renda

Economia

Desburocratizar o processo

Assegurar que os investimentos em novas energias e descarbonização dos negócios tradicionais considerem hierarquia de custo de mitigação

Financiamento público e privado para o desenvolvimento de tecnologias

Quais programas sociais que dependem dos royalties de petróleo

Combustíveis de baixa emissão serem acessíveis financeiramente

Produção de energia renovável para exportação?

"De jure" vs. "de facto": transição esta presente no dialogo, mas nao no orcamento

Editais focados na transição energética justa para que os investimentos sejam de fato direcionados para isso

Acesso/exclusão energética

Quatro grupos elencaram como desafios para a transição energética justa no Brasil temas relacionados ao nível de acesso e à exclusão energética no país. O grupo Iguaçu, por exemplo, destacou diferentes aspectos dentro dessa temática, apontando que um dos principais desafios para a transição energética justa brasileira é o acesso físico, financeiro e de qualidade à energia elétrica. O grupo discutiu a importância de a energia chegar a todos, dado que ainda existem diversas regiões do país sem acesso à eletricidade, sobretudo na região amazônica, e também a necessidade de uma energia final barata. Com relação a esse segundo ponto, também reforçado pelo grupo Uruguai, que indicou como um desafio a ser superado o alto custo da energia para comunidades de baixa renda, o grupo Iguaçu apontou para o fato de que muitos brasileiros gastam cerca de metade da sua receita em contas de luz e gás e enfatizou a necessidade de uma tarifa social que cubra uma maior taxa de consumo para garantir a dignidade humana. Com respeito a esse ponto da dignidade e das necessidades básicas humanas, outro desafio destacado pelo grupo Iguaçu foi a necessidade de adaptação climática das pessoas, que implicará maior consumo de energia para a climatização das suas moradias, no que o grupo entendeu como um exercício dos seus direitos básicos.

Outro grande desafio associado ao acesso de energia e apontado pelo grupo Araguaia é a questão da relação entre as comunidades isoladas e as tecnologias renováveis. Tendo em vista a necessidade de soluções descentralizadas de acesso à energia, o grupo indicou que a intermitência das tecnologias renováveis ainda é um desafio, já que os combustíveis fósseis ainda são vistos como alternativas seguras, pelo fato de que geram energia em qualquer momento. A resistência dessas comunidades às novas tecnologias foi citada, portanto, como um desafio da transição energética justa no Brasil. Em sua discussão, o grupo citou o hidrogênio verde, indicando que, ainda que ele venha sendo muito discutido, inclusive no que diz respeito ao uso dessas comunidades, sua produção é ainda muito cara no Brasil.

Para além da energia elétrica, o grupo Xingu indicou também a importância de que seja considerado o acesso a combustíveis para práticas de cocção nas residências. Entre as discussões no grupo, foi mencionado que na última década, com políticas públicas desfavoráveis às classes menos favorecidas, houve um retorno ao uso da lenha e carvão para práticas de cocção, indicando um retrocesso na transição energética a nível residencial.

Com relação a esse desafio, o grupo indica que políticas como o vale-gás deveriam ser ampliadas e soluções alternativas ao GLP consideradas.

Segurança energética

O principal desafio apontado pelo grupo Paraná é a criação de consenso acerca das medidas necessárias para a transição energética justa que garanta a segurança energética, porque cada parte apresenta suas urgências e é muito difícil equilibrar e encontrar solução sem que alguém se sinta prejudicado. E dentro da criação de consenso um desafio é justamente pensar em como conseguir mostrar que existem outras alternativas, que precisamos ultrapassar esse modelo de desenvolvimento e criar um novo modelo, já que muitos ainda acreditam que o desenvolvimento passa pela adoção de uma matriz de combustível fóssil. Outro desafio apresentado pelo grupo foi o da necessidade de combater o uso da pauta da transição energética justa para defender interesses próprios, que desvirtua o que de fato deve ser debatido.

Equidade

Entre os desafios para a transição energética justa no Brasil, a busca pela equidade e a desigualdade operada no sistema energético brasileiro foram observadas como um importante eixo temático da discussão na maioria dos grupos. Por equidade, compreendeu-se o desafio amplo e fundamental trazido pelo grupo Araguaia, da necessidade de

desenhar o conceito de justiça enquanto política pública.

O grupo São Francisco indicou que os desafios da transição energética justa no Brasil são diferentes daqueles enfrentados pelos países mais desenvolvidos, já que no Brasil a transição, para ser justa, deverá resgatar quem ficou para trás. O grupo apontou para o risco de que famílias em vulnerabilidade se tornem ainda mais vulneráveis dependendo do caminho que a transição tomar e acrescentou que é fundamental que os benefícios da transição, como o acesso à energia e a produção econômica, sejam disseminados entre todos.

Economia

Entre os desafios agrupados como relacionados ao tema da economia, o grupo Uruguai discutiu a necessidade de alinhar o discurso da transição energética justa com práticas políticas, sobretudo no que diz respeito a aspectos de financiamento de projetos. Nesse sentido, o grupo salientou como desafio o fato de que a Lei Orçamentária Nacional não tem nenhum ponto voltado para a transição energética justa.

Fazendo uma conexão com a pauta prioritária que o grupo já havia mencionado sobre a modicidade tarifária no setor de transportes e o exemplo citado com relação à cidade de Maricá (RJ), o grupo Xingu indicou que a

tarifa zero nesse município tem origem no superávit originado dos royalties da exploração de petróleo. No entanto, considerando um cenário ideal em que a transição energética implique a descarbonização da economia e a superação do uso desses combustíveis, foi mencionado que exemplos como esse seriam impraticáveis. O grupo salienta que o preço das tarifas está relacionado aos preços dos energéticos utilizados e que, como desafio para a modicidade no setor de transportes está a diminuição dos preços de combustíveis limpos, que garantam a descarbonização a preços justos.

Com relação a possíveis planos de exportação da energia gerada pelo hidrogênio verde no Brasil, o grupo Xingu indicou como um desafio a necessidade de um planejamento adequado para que a exportação não implique o aumento do preço das tarifas para o mercado doméstico. Foi discutido no grupo, por exemplo, que se a energia exportada for gerada pela eletricidade e conectada no grid, é possível que exista uma distorção e aumento da tarifa em função dos planos de exportação do combustível.

Corporativismo

O grupo Xingu indicou como um importante desafio da transição energética justa a superação do modelo de transição energética corporativista que vem sendo desempenhado no Brasil. Foi mencionado no grupo que

esse modelo vem, inclusive, moldando as políticas públicas energéticas nacionais e a narrativa do setor. Entre os exemplos, foram citados dois casos: o de Santa Catarina, onde uma legislação específica, citando a transição energética justa, encaminhou uma sobrevida para a exploração do carvão mineral na região; e o do norte brasileiro, onde a exploração do gás sem licenciamento vem sendo defendida sob o argumento de que se trata de um combustível de transição.

Participação e governança

Os grupos Uruguai e São Francisco apresentaram desafios compreendidos pelo eixo temático de participação popular e governança energética. Compreendida também como uma pauta prioritária, o grupo Uruguai destacou como desafio da transição energética justa no Brasil a necessidade de capacitação política da sociedade civil para a correta participação nos espaços públicos de debate e diálogo sobre o planejamento energético nacional.

Já o grupo São Francisco salientou que a governança energética deve resolver o desafio de disseminar os benefícios da expansão da produção de energia renovável na cadeia produtiva de energia. Um desafio associado a este e apresentado pelo grupo, diz respeito à necessidade de políticas públicas integradas, que compensem os possíveis efeitos negativos que a

expansão da produção de energia renovável possa gerar para algumas comunidades com políticas energéticas inclusivas. Um exemplo citado foi a de compensar comunidades afetadas pela transmissão de energia do sistema elétrico com sistemas descentralizados solares.

Outro ponto mencionado pelo grupo São Francisco no que diz respeito à participação social foi o desafio de desenvolver uma comunicação mais adequada com a sociedade, compreendendo os afetados pela transição como atores inseridos no processo, e não como um problema a ser resolvido ou superado.

Com respeito à governança global energética, o grupo Araguaia debateu os pilares da UNFCCC no que se refere às responsabilidades dos países desenvolvidos com relação aos países em desenvolvimento, indicando que é esperado que eles apoiem no financiamento, transferência de tecnologia e capacitação técnica nos processos de transição. O grupo indicou que não é possível uma transição energética justa sem acesso às tecnologias necessárias para avançar na agenda de transição energética e que, ainda que seja possível desenvolver e aprimorar tecnologias domésticas, o esforço de garantir a transferência tecnológica dentro da Convenção é importante, já que países industrializados têm um quadro tecnológico mais avançado em várias áreas.

Empregos

Finalmente, o último eixo temático de discussão acerca dos desafios da transição energética justa diz respeito à questão laboral. O grupo Araguaia destacou como um desafio das transições energéticas justas a questão do desemprego setorial, indicando que será preciso pensar também em capacitar as pessoas para garantir sua empregabilidade neste contexto de transição, sobretudo em função do fato que milhares de pessoas são empregadas no setor de combustíveis fósseis.

Indiretamente ligado à questão laboral, destaca-se também a contribuição do grupo São Francisco, que indica como um desafio (ou oportunidade) a produção de biocombustíveis nas próprias comunidades isoladas que utilizam a mandioca como meio de subsistência. Nesse contexto, as comunidades poderiam parar de importar diesel e produzir biocombustível na comunidade, internalizar os ganhos, gerar renda e empregos.

4.2.3 Princípios fundamentais da transição energética justa

Finalmente, uma vez discutidas as pautas prioritárias e os principais desafios da transição energética justa no Brasil, os diálogos intersetoriais buscaram listar princípios fundamentais para uma transição justa no Brasil, listados abaixo.

- Acesso universal à energia limpa;
- Avaliação de Impactos Sistêmicos;
- Combate ao aumento do preço da energia para a população;
- Comunicação aberta e intensa;
- Decolonialismo energético;
- Descentralização da geração de energia;
- Distribuição de custos e benefícios da transição energética;
- Entendimento das reais necessidades energéticas;
- Equidade de gênero;
- Escuta ativa dos grupos minoritários;
- Justiça socioambiental;
- Justiça Social;
- Participação popular nas tomadas de decisão e no planejamento das políticas energéticas;
- Planejamentos mensuráveis;
- Políticas públicas voltadas aos interesses da população;
- Reparação dos danos inevitáveis;
- Respeito às diferenças;
- Respeito aos direitos humanos;
- Segurança energética;
- Soberania energética;
- Soberania nacional;
- Transição energética pensada com inclusão;
- Transições a favor da vida, que não aumentem a pobreza;
- Transições pensadas para as características regionais do país;
- Transferência de tecnologia de forma colaborativa;
- Universalização do acesso à energia.

4.3 Perspectivas sobre transição justa para além da energia

Na Rodada 3, os participantes foram convidados a selecionarem a sala de diálogo de maior interesse, sendo elas: agricultura; florestas; indústria; planeamento urbano; resíduos; e outros. Estes grupos de interesses foram identificados no ato da inscrição do evento.

QUADRO 3 - GRUPOS E ORGANIZAÇÕES DA RODADA 3

AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal do Rio de Janeiro • 350.org • Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Serra dos Rafaéis
FLORESTAS	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal do Tocantins • Nordeste Potência • Ludovino Lopes Advogados • Michigan State University • Operação COP - Climate Reality • Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas
INDÚSTRIA	<ul style="list-style-type: none"> • GIZ⁶ • Ministério de Minas e Energia • Petrobras
PLANEJAMENTO URBANO	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa de Pesquisa Energética⁷ • Revulusolar • Fórum Nacional Popular de Educação • Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária • Revulusolar • Instituto de Energia e Meio Ambiente
OUTROS SETORES	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria do Meio Ambiente e Economia Verde/SC • Plataforma Cipó • Ministério das Relações Exteriores • Ministério dos Povos Indígenas

⁶A sala contava com dois representantes da mesma instituição.

⁷Ver nota 6.

4.3.1 Agricultura

O principal aspecto levantado pelos participantes do grupo foi a necessidade de diferenciar a agricultura familiar da agricultura de larga escala, praticada em monoculturas e voltada para a exportação. Foi defendido um maior incentivo à agricultura familiar, uma vez que esta causa menos impacto, gera menos emissões e também possui menos perdas.

Participantes também argumentaram que as práticas sustentáveis, como a agrofloresta, deve ser implementada preferencialmente com espécies nativas. Atualmente há muitos casos em que se usam espécies de outras regiões para se adaptarem.

Outros aspectos levantados incluíram a importância do acesso à energia na agricultura (para a irrigação, por exemplo), a necessidade de levar em conta características físicas e biológicas das diferentes regiões, e a comunicação dos impactos da agricultura nas emissões. Foram discutidas questões sobre práticas sustentáveis na silvicultura, embora este aspecto pertença ao setor florestal.

Entre os desafios, podem-se destacar dois que foram trazidos por participantes. Em primeiro lugar, foi levantada a necessidade de garantir o acesso à energia sustentável para produtores, conforme mencionado antes entre os aspectos relevantes. Em segundo lugar, foi comentada a existência de uma disputa de narrativas, na qual setores ou empresas afirmam que possuem baixas emissões, mas que na verdade não há transparência e garantia de veracidade nos cálculos.

Com relação às políticas, foram mencionadas a de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e a política que regulamenta o mercado de carbono. Foi ainda citada a necessidade de se ter Planos de Bioeconomia em todos os biomas e de uma política de soberania alimentar. Por fim, conforme mencionado entre os aspectos, participantes destacaram a importância de diferenciação entre a agricultura familiar e o agronegócio nas políticas.

4.3.2 Florestas

O grupo de diálogos sobre a transição justa no setor de florestas indicou como aspecto relevante da transição a necessidade de mudança do desenvolvimento econômico para que ele venha a favorecer economias regenerativas, reconhecendo o valor e gerando renda para aqueles responsáveis pelas atividades de preservação das florestas. Entre os exemplos citados, o grupo indicou programas e projetos que contemplem pagamentos por serviços ambientais de preservação e estratégias no mercado de crédito de carbono que favoreçam as populações locais.

Dialogando com a questão da transição energética, o grupo indicou que é relevante e preciso atrelar o discurso da transição energética com a sociobioeconomia da Amazônia brasileira, reconhecendo que para poder ter uma sociobioeconomia sustentável baseada nos arranjos produtivos locais o acesso à energia é fundamental (exemplo: necessidade de transporte por barco para busca de gelo para o manejo do Pirarucu). Outro exemplo citado pelo grupo é o desmatamento local na Caatinga para a coleta de lenha, que indica que a questão do desmatamento está também associada às necessidades energéticas das comunidades locais. Com respeito a esse segundo ponto, a energia solar foi citada como uma alternativa para prover a energia necessária para essas comunidades, de maneira a auxiliar no controle do desmatamento local.

Ainda com relação ao impacto do setor energético nas florestas, foi enfatizado o respeito às comunidades tradicionais e ao seu direito ao território como aspectos fundamentais da transição justa, tomando-se em conta em como os grandes empreendimentos energéticos afetam esses direitos.

Discutindo a necessidade de investimento nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade das florestas brasileiras, o grupo indicou como um dos desafios da transição justa a necessidade de orientar o fluxo de investimento nessas cadeias produtivas e seus negócios de forma a fazer a floresta em pé ter mais valor econômico do que a floresta derrubada.

Foi também apresentado como desafio a valorização da cultura dos povos das florestas. Já que, segundo o grupo, essa desvalorização cultural impede que essas comunidades avancem sobre esse espaço de diálogo sobre as transições justas e incorporem suas perspectivas e conhecimento.

O desafio da operacionalização dos valores da transição justa foi também discutido pelo grupo. Isso é, os desafios para garantir a efetivação da transição justa e atenta à preservação das florestas. Entre os pontos apresentados no diálogo, foi discutido o fato de que novos diálogos são necessários para pensar em estratégias práticas e planos de ação para o encaminhamento dessa agenda de desenvolvimento.

O grupo discutiu a necessidade de políticas voltadas para educação ambiental, climática e de conservação para a população como um todo. Com respeito às comunidades locais, o grupo indicou também a necessidade de litigância e empoderamento por meio da educação, para que as mesmas compreendam quais são os seus direitos e como eles podem reclamar por eles no que diz respeito aos impactos dos projetos em desenvolvimento em seus territórios.

O grupo também incluiu em sua discussão a necessidade de políticas públicas voltadas para a intermediação dos interesses do desenvolvimento com as comunidades tradicionais para que possam ser desenvolvidos planos mais justos para a agenda da transição. Finalmente, foi citada também a necessidade da presença de lideranças nos conselhos ambientais e de discussão e temas centrais de desenvolvimento para que suas perspectivas possam ser devidamente incluídas nos planos.

4.3.3 Indústria

Como aspectos relevantes para a transição justa no setor industrial o grupo destacou os altos custos tecnológicos e a importância de o processo se dar de forma lenta e gradual, de modo que a transição não seja uma ruptura, mas sim uma transformação, garantindo que as empresas se mantenham durante essa trajetória e continuem gerando renda e empregos, ao mesmo tempo em que incorporam a agenda em seus processos produtivos. Outros aspectos apontados foram a falta de conhecimento, atrativos e baixa prioridade do assunto dentro do setor, as discussões sobre o tema ainda são muito embrionárias e não apresentam grandes atrativos financeiros, fazendo com que o processo de transição permaneça em segundo plano entre as prioridades de cada organização.

Evidenciando a responsabilidade das empresas sobre as questões de diversidade e inclusão, o grupo considerou importante que sejam promovidas ações afirmativas focadas em grupos minoritários, utilizando desse processo como uma oportunidade para que as indústrias coloquem em pauta abordagens de inclusão e diversidade. Além disso, as questões de direitos humanos também foram colocadas como um ponto a se considerar, sendo destacado que o processo de transição justa vai além da mitigação de impactos negativos, mas avança para a promoção de impactos positivos na comunidade e no local em que a indústria está inserida.

Finalizando os aspectos relevantes, o grupo discutiu a necessidade da reindustrialização verde e a importância da promoção de diálogos para que as indústrias compreendam e sintam a necessidade de investir na transição pensando nos impactos a longo prazo, como a oportunidade para que o setor brasileiro seja proeminente no mercado de produtos verdes, dado o crescimento mundial do mercado.

O grupo destacou como principais desafios de uma transição justa os altos custos e longevidade do processo, a atenção às questões de direitos humanos também em relações indiretas, a promoção de compromissos além da descarbonização, o encontro do ponto de equilíbrio entre a manutenção dos negócios e o uso dos recursos e, finalmente, os conflitos gerados pelo desenvolvimento de novas cadeias produtivas.

Além disso, a reindustrialização verde foi apontada como um dilema a se avaliar: há a necessidade do Brasil, sendo um país em desenvolvimento, iniciar o processo mesmo que a altos custos e se tornar referência no quesito ou esperar que países desenvolvidos liderem essa transição e de certa forma arquem com as dores do processo (como por exemplo a maturação novas tecnologias e desenvolvimento de arcabouço legal)?

Por fim, no que diz respeito a políticas de transição justa, o grupo destacou a necessidade da criação de políticas de incentivo que promovam a atração das indústrias para a pauta. Além disso, o Plano de Reindustrialização do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços foi citado como uma política a ser implementada.

4.3.4 Planejamento Urbano

O grupo de diálogos sobre a transição justa no que diz respeito ao planejamento urbano indicou como aspectos relevantes para essa transição a inclusão da energia solar social e geração distribuída nos programas de habitação de interesse social e programas de urbanização de favelas, a priorização da geração de energia elétrica descentralizada, com incentivo ao uso de painéis fotovoltaicos e biodigestores, e a importância da diversificação da matriz de transportes para possibilitar ganho de eficiência sistêmica, buscando sinergias entre os modais de transporte (cidade inteligente). Outro aspecto relevante é a garantia de processos inclusivos e visibilidade social no processo de planejamento urbano.

Em relação aos desafios para a transição justa no planejamento urbano, o grupo apontou o crescimento desorganizado das cidades e ressaltou que é importante perceber que existem gamas diferentes para serem atendidas, em termos de urgências, com diversas camadas que são sobrepostas (sociais, de habitação, de transporte etc) para organizar o que seria esse planejamento. Levando em conta as particularidades regionais e desigualdade de nível de infraestrutura nas cidades, um dos principais desafios é atender as demandas sociais e de habitação e saúde. Outro ponto que deve ser analisado é a relação das linhas de transmissão com os territórios, já que existem muitos empreendimentos hidrelétricos e eólicos ao lado de comunidades que não são abastecidas por esses empreendimentos, que não têm acesso à energia gerada ali naquele território.

Entre as políticas e planos que devem ser observados/monitorados para garantir uma transição justa no planejamento urbano, o grupo destacou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o Plano Nacional de Logística e Transporte e políticas de incentivo/financiamento de moradias próximas aos centros urbanos

4.3.5 Resíduos

O grupo de diálogos do setor de resíduos apontou para o aspecto de que existem diversas oportunidades dentro do setor de geração de energia de baixo custo, a partir do aproveitamento energético dos resíduos e captação de gás dos aterros sanitários.

Tendo em vista que a vida útil de painéis solares e turbinas eólicas irá acabar em algum momento, a digestão anaeróbia de resíduos é mais sustentável do que outras fontes à médio e longo prazo, possibilitando a introdução dos resíduos dentro da fonte energética. Este aspecto trouxe outra discussão para o grupo, que apontou para a importância que deve ser dada aos resíduos gerados pela cadeia de energia, seja ela renovável ou não. Foi discutida a necessidade de se pensar em economia circular e olhar para toda a cadeia de geração de energia, entendendo como os resíduos podem ser aproveitados em outros processos e como os rejeitos devem ser destinados corretamente. Foi questionado sobre o fim da vida útil dos equipamentos que estão sendo levados para gerar energia em lugares isolados e como será viabilizada a sua logística reversa.

Dentre os principais desafios, o grupo trouxe novamente a questão da logística reversa dos resíduos dos geradores de energia em áreas remotas. Foi mencionada a alta reciclabilidade dos painéis solares, destacando, porém, a falta de tecnologia e de empresas realizando a reciclagem desse material atualmente, o que é um desafio. Além disso, a inclusão do custo da logística reversa no produto é um desafio, dado que é preciso escolher quem da cadeia arca com os custos. Outra questão apontada foi o desafio de repensar a Política Nacional de Resíduos Sólidos de forma local, considerando as particularidades de cada região do país.

Por fim, foi discutida a necessidade de reestruturação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a sua articulação com políticas públicas de outros setores e de desenvolvimento socioeconômico do país.

4.3.6 Outros setores

O grupo de diálogos acerca da transição justa em “outros setores” teve como desafio elencar quais são os setores que não podem ser deixados de fora da agenda de transição justa. Abaixo são listados os setores mencionados pelo grupo.

- Saneamento
- Infraestrutura
- Economia
- Trabalho
- Educação
- Direitos e garantias
- Pesquisa e Desenvolvimento
- Diplomacia paradiplomacia e Cooperação Internacional
- Transferência de tecnologia
- Mineração

A política externa brasileira foi apresentada como um importante aspecto dessas transições já que, ainda que não atue como um setor específico da transição, é um vetor importante para tratar de transferência de tecnologia, construção de capacidade, investimentos em tecnologia e infraestrutura.

Na discussão sobre os setores envolvidos, foi mencionado um importante aspecto que é a necessidade de investimento na ciência, tecnologia e inovação, que atuam em muitas esferas da agenda de transição justa e em diferentes setores.

O grupo também discutiu a necessidade de registrar na base legal e orçamentária os compromissos do Brasil com a agenda climática com atenção aos aspectos mais relevantes e os princípios da transição justa.

Finalmente, o descumprimento da legislação vigente foi apresentado como um importante desafio da agenda de transição, sobretudo com respeito aos grandes projetos de geração de energia. O grupo discutiu o fato de que já existe um mecanismo de descumprimento da legislação em operação, sob o qual os direitos das populações tradicionais são violados.



5. Considerações Finais

Por meio de diálogos setoriais e intersetoriais, o evento avançou em pontos importantes acerca das transições justas, amplificando as falas do governo federal na abertura e ampliando o debate. Os grupos de diálogos aprofundaram os temas apresentados nas falas de abertura do evento acerca da importância da indução de pautas de transformação social na agenda de transição climática, da autonomia nacional em deliberar sobre as pautas relacionadas ao tema, e da importância de discuti-lo desde uma perspectiva de multinível e com perspectivas multissetoriais. Além disso, foi dada ênfase no evento na necessidade de capacitação técnica e de educação cidadã e ambiental da população, na importância de processos participativos e que respeitem às necessidades e direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Uma primeira consideração geral constatada com o evento é de que as transições justas ainda são muito pautadas em função das transições energéticas no Brasil. Ainda que, de forma geral, na literatura internacional essa relação também seja significativamente simbiótica, sobretudo em função do fato de que as transições energéticas desempenham um papel de protagonismo nos planos de descarbonização da maior parte dos países, a nível de debate doméstico, é importante que os planos setoriais estejam atentos às disputas, tensões, desafios e oportunidades socioambientais relacionados às suas práticas e impactos para que as transições justas ocorram. Da mesma forma, é importante que a comunidade civil, academia e comunidades tradicionais estejam atentos a esses impactos para que suas perspectivas sejam incorporadas nos diálogos setoriais.

Com respeito às transições energéticas justas, os diálogos setoriais demonstraram mais sinergias acerca do tema do que contradições. De forma geral, todos os setores indicaram como relevantes pautas referentes ao eixo temático de justiça e direitos e referentes a necessidade de processos participativos. No que tange às perspectivas dos setores acerca do seu impacto e de como se veem impactados pela transição energética justa, com exceção do grupo de diálogos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, todos os demais setores focaram nos impactos que geram sobre a agenda, apontado para a importância da sua atuação no processo.

Os diálogos intersetoriais aprofundaram o debate, indicando como prioridades e desafios da transição energética justa no Brasil alguns pontos que nem sempre são citados, como a necessidade de superar a imposição de pautas e percepções corporativas do tema, de avançar com a educação climática e política, de incluir o setor de transportes nas discussões e de garantir que seja uma transição pautada na exploração de recursos energéticos renováveis.

Finalmente, a rodada de diálogos referentes às demais atividades ou temas que são fundamentais para uma transição justa no Brasil possibilitou uma reflexão mais pontual sobre a agenda de transição. De forma geral, as pautas relacionadas a essas demais atividades foram atravessadas pela compreensão da transição energética e os atores presentes indicaram os limites e sinergias que devem ser levados em consideração acerca da agricultura, florestas, indústria, planejamento urbano, resíduos e outros setores com relação a ela. A identificação dessa percepção geral pode ser entendida como um desdobramento do evento, que havia aprofundado um diálogo anterior com relação às transições energéticas justas. No entanto, pode também ser compreendida como uma percepção anterior ao evento, que demonstra que a transição energética engendra uma série de outras mudanças em outras atividades e setores e que desempenha um papel de protagonismo na agenda climática nacional como um todo. Aprofundar os diálogos nestes outros setores é, portanto, fundamental para que sejam destacadas as suas potencialidades e limites na construção de uma agenda de transição comum, integrada e justa.

O workshop “Diálogos para uma Transição Justa no Brasil” demonstrou que, ainda que não existam consensos acerca dos caminhos, mecanismos e ferramentas que devam ser empregados para garantir uma transição justa no país, existe uma ideia comum de que o desenvolvimento do país precisa transitar para uma economia de baixo carbono, resolvendo problemas sociais inertes e mitigando os danos dessas transições. Diante dessa percepção, o Centro Brasil no Clima (CBC) acredita ter contribuído para a sistematização de valores e princípios que devam pautar a agenda de transição justa e pretende trabalhar para que os novos diálogos acerca do tema tratem de pautas propositivas que encaminhem uma agenda concreta de mudança.



copenhagen
climate centre

